

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.656.960 - DF (2020/0023398-0)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ETEC EMPREENDIMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E
COMÉRCIO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
AGRAVANTE : SERMEC SERVICOS MECANIZADOS E AUTOMOTIVOS
LTDA - EPP
AGRAVANTE : GUSTAVO FEU FERREIRA DIAS
ADVOGADOS : WALTER JOSE FAIAD DE MOURA - DF017390
SIMONE MARTINS DE ARAÚJO MOURA - DF017540
SABRINA CARDOSO BERNARDO - DF034199
LAIS BARROS MENDES DE MORAIS - DF039442
AGRAVADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : MATILDE DUARTE GONÇALVES - DF024075
EZIO PEDRO FULAN - SP060393S
LINDSAY LAGINESTRA - DF044162A

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por ETEC EMPREENDIMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA e OUTROS, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de ETEC EMPREENDIMENTOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA e OUTROS, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 28/07/2019, sendo o recurso especial interposto somente em 21/08/2019.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

A propósito, nos termos do § 6º do art. 1.003 do mesmo código, "o

Superior Tribunal de Justiça

recorrente comprovará a ocorrência de feriado local no ato de interposição do recurso", o que impossibilita a regularização posterior.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente